



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 476 - 14/09 a 18/09/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[Governo admite aprimoramentos na NR 1, mas entidades patronais questionam proposta da AGU](#)

Revista Proteção - 18/09/2026

A primeira audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as novas regras da NR 1, que incluem a avaliação e o gerenciamento de riscos psicossociais relacionados ao trabalho, terminou com prazo de 10 dias para que as partes e entidades participantes se manifestem sobre uma proposta apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU). O encontro ocorreu no âmbito do Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (Nusol) do STF, conforme informou o portal JOTA.

Durante a audiência, que ocorreu no dia 14, a diretora do Departamento de Controle Concentrado da AGU, Jucelaine Angelim Barbosa, afirmou que existe margem para aperfeiçoamentos na NR 1. Segundo ela, o governo reconhece a possibilidade de aprimorar a regulamentação, embora tanto a Presidência da República quanto o advogado-geral da União tenham manifestado entendimento sobre a constitucionalidade da norma.

A proposta apresentada pela AGU é utilizar a Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), estrutura vinculada à própria AGU, para receber e analisar sugestões de aperfeiçoamento da NR 1. As contribuições seriam posteriormente encaminhadas ao Ministério do Trabalho, que apresentaria suas considerações ao Nusol.

De acordo com a representante da AGU, o objetivo seria discutir especialmente aspectos relacionados à forma de realização das análises de impacto e de regulamentação e à aplicação prática das novas exigências.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF começa a analisar unificação de prazos de licença-maternidade biológica e adotiva](#)

Supremo Tribunal Federal - 16/09/2026

Na sessão desta quarta-feira (16), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar uma ação que discute critérios e prazos comuns para a licença-maternidade biológica e por adoção no setor privado, no serviço público federal, nas Forças Armadas e no Ministério Público. Até o momento, há quatro votos pela inconstitucionalidade de normas que estabelecem diferenças nas licenças conforme a origem biológica ou adotiva da filiação e o regime jurídico da pessoa beneficiária. O julgamento será retomado em data a ser definida.

[Perda pequena de capacidade não afasta direito a pensão mensal de operador de máquinas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/09/2026

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito de um operador de máquinas a receber da Engefuro Comércio e Serviços Ltda. indenização por dano material, na forma de pensão mensal, mesmo tendo sofrido 12,5% de perda da capacidade para a função. Segundo os ministros, para receber a indenização por danos materiais, são irrelevantes um baixo percentual da perda de capacidade, a atividade não ser a única causa do problema e que o trabalhador possa exercer outras funções.

[Acordo feito na execução de sentença gera fim de plano de saúde reconhecido antes na Justiça](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/09/2026

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho não admitiu recurso de um mecânico que pretendia restabelecer o plano de saúde que era oferecido pela sua empregadora, Citbus Transportes e Empreendimentos Ltda, de Santa Luzia (MG). A empresa havia reti-

RADAR TRABALHISTA

rado o benefício durante o período de aposentadoria por invalidez. Na Justiça, o profissional obteve o direito de ter de volta o plano, mas, na fase de execução desta sentença, fez acordo para receber R\$ 32 mil e assim não pode reclamar nenhuma verba ou benefício contra a Citbus. Por causa desse acerto, que deu quitação ampla ao contrato de trabalho, a empresa pediu e conseguiu judicialmente terminar o plano de saúde.

[TST realizará audiências sobre jornada em locais insalubres e suspensão de contrato por aposentadoria por invalidez](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/09/2026

O Tribunal Superior do Trabalho realizará duas audiências públicas na próxima semana. A primeira, no dia 21 de setembro, às 14h, será para discutir a validade de cláusulas de acordos ou convenções coletivas que autorizam o elastecimento de jornada de trabalho em locais insalubres sem a necessidade de licença prévia das autoridades competentes. A segunda audiência ocorrerá no dia 23 de setembro, às 10h, para colher contribuições técnicas, contábeis, administrativas, políticas e econômicas sobre a manutenção ou a extinção do contrato de trabalho de empregados aposentados por invalidez.

[Shopping terá de garantir creche aos filhos de trabalhadoras durante amamentação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/09/2026

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a obrigação do Condomínio Civil Pantanal Shopping, de Cuiabá (MT), de garantir às trabalhadoras que atuam no empreendimento creche para os filhos durante o período de amamentação. Para a Turma, a proteção prevista no artigo 389 da CLT também se aplica aos shopping centers, até quando as trabalhadoras são empregadas das lojas e não diretamente da administração do centro comercial.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Comparecimento às urnas vale como Prova de Vida automática no INSS](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 18/09/2026

O comparecimento eleitoral é válido para a verificação no processo de Prova de Vida no INSS. O procedimento de revisão anual, focado em identificar se o titular do benefício previdenciário ou assistencial continua vivo para garantir a manutenção de pagamentos, abrange atualmente cerca de 40 milhões de beneficiários ativos, entre aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais.

[Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção é tema de curso em Aracaju](#)

Fundacentro - 16/09/2026

A Fundacentro realiza, nos dias 22 e 23 de setembro, das 8h30 às 17h30, o Curso de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção. A atividade será presencial, no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (Crea-SE), localizado na Avenida Doutor Carlos Rodrigues da Cruz, 1710, Centro, em Aracaju (SE). O curso tem como objetivo fornecer conhecimentos para a avaliação dos ambientes de trabalho, a identificação de riscos de acidentes e doenças profissionais e a definição de medidas de controle destinadas à eliminação, neutralização ou redução desses riscos.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT em Pernambuco firma acordo com quatro empresas após resgate de 12 trabalhadores em canteiro de obras em Boa Viagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/09/2026

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com quatro empresas do setor de construção civil após o resgate de 12 trabalhadores submetidos a condições degradantes em um canteiro de obras e alojamento no bairro de Boa Viagem, Zona Sul do Recife. O acordo, assinado nessa terça-feira (16/09), prevê a regularização das condições de trabalho, o pagamento de verbas salariais e rescisórias, indenizações por danos morais individuais no total de R\$ 73.713,88 e indenização por dano moral coletivo no mesmo valor, totalizando R\$ 147.427,76 em reparações, além das verbas rescisórias.

[Audiências no MPT-SE discutem inserção de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/09/2026

O Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) realizou duas audiências, nesta quinta-feira (17), para tratar sobre a geração de oportunidades e a inserção de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho. A coordenadora Regional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coor-digualdade) e vice-procuradora-chefa do MPT-SE, Clarisse Farias Malta, se reuniu com representantes da Associação Sergipana de Deficientes Visuais (ASDV) e da Pró-Reitoria de Acessibilidade e Ações Inclusivas da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

[A saúde de trabalhadores deve estar no centro do debate sobre transição climática](#)

RADAR TRABALHISTA

Ministério Público do Trabalho - 16/09/2026

“Não haverá mercado de carbono íntegro, tampouco transição climática justa, sem que se coloquem no centro do debate a vida, a saúde e a dignidade das pessoas trabalhadoras”. A avaliação é da vice-coordenadora nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Gisela Nabuco de Sousa, na abertura, na quarta-feira (16.9), durante a abertura do seminário “Mercado de Carbono no Brasil e o Papel do Ministério Público – Regulação, Integridade e Perspectivas Internacionais”.

[Democracia nas relações de trabalho, sindicalismo e assédio eleitoral são tema de audiência coletiva do MPT-PR](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/09/2026

Com o objetivo de promover o debate sobre a democracia nas relações de trabalho, a liberdade sindical, a negociação coletiva e a proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores, o Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) realiza audiência coletiva no dia 24 de setembro. O evento também abordará a prevenção e o enfrentamento do assédio eleitoral no ambiente de trabalho, tema que ganha especial relevância em razão da proximidade das eleições e do aumento histórico de denúncias registradas nesse período.

[MPT participa da assinatura do Pacto pelo Trabalho Decente na Construção Civil em João Pessoa](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/09/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) participou, na tarde de sexta-feira (11), da assinatura do Pacto do Trabalho Decente no Setor da Construção Civil no Brasil, iniciativa que reúne órgãos públicos, entidades empresariais e representantes dos trabalhadores em torno de compromissos voltados ao aperfeiçoamento das relações de trabalho e à

RADAR TRABALHISTA

promoção de condições dignas, seguras e sustentáveis no setor. A solenidade de assinatura do Protocolo aconteceu no Auditório do Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa (Sinduscon-JP), com a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, além de sindicatos, lideranças empresariais e outras autoridades. Antes do evento, o ministro concedeu entrevista coletiva à imprensa.

[MPT-PE firma acordo com empresa após resgate de 14 trabalhadores em imóvel em Recife](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/09/2026

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) firmou termo de ajustamento de conduta (TAC) com a empresa DNZ Engenharia Ltda. após fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) que resultou no resgate de 14 trabalhadores em imóvel localizado no bairro da Imbiribeira, no Recife. O acordo estabelece obrigações de fazer e não fazer para assegurar o cumprimento da legislação trabalhista e impedir a manutenção de pessoas trabalhadoras em condições análogas às de escravidão.

RADAR TRABALHISTA

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[42º ENAFIT debate desafios da NR 1 e fatores psicossociais no trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/09/2026

Os desafios para incluir os fatores psicossociais na gestão dos riscos ocupacionais foram discutidos nesta terça-feira, 15 de setembro, durante o 42º ENAFIT, em Vitória (ES). O painel “Os desafios da NR 1 – Fatores psicossociais” reuniu a Auditora Fiscal do Trabalho Maria Ervanis Brito e Fernando Akio. Coordenaram o painel os Auditores Fiscais do Trabalho Vânia Elita e Francisco Luís Lima.

[42º ENAFIT: Painel resgata história da luta pela redução da jornada e debate impactos da escala 6x1](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/09/2026

A redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 foram debatidos nesta terça-feira, 15 de setembro, durante o 42º ENAFIT, em Vitória (ES). O painel “Redução da Jornada de Trabalho e o fim da escala 6 x 1” reuniu Rafaele Rodrigues Mascarenhas Menezes, coordenadora-geral de Relações do Trabalho da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e o Auditor Fiscal do Trabalho Antônio Zoti Prado. A discussão apresentou aspectos históricos, jurídicos e econômicos relacionados à duração do trabalho e às propostas atualmente em debate no país. Coordenaram a mesa os Auditores Fiscais do Trabalho Paula Mazullo e Leonardo Decuzzi.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Processo arquivado não deve motivar restrição empregatícia](#)

Consultor Jurídico - 20/09/2026

Empresas de gerenciamento de risco podem ter seus próprios critérios para avaliar empregados, desde que eles sejam fundados em fatos concretos. Restringir o cadastro de um empregado sem fundamentos sólidos é uma conduta desproporcional e pode afetar a sua subsistência. Com esse entendimento, o juiz Frederico Alencar Monteiro Borges, da 1ª Vara Cível de Luziânia (GO), deu provimento à tutela de urgência de um motorista que teve o seu cadastro restrito por uma investigação que já havia sido arquivada.

[Ataque criminoso com fogo em ônibus configura acidente de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 20/09/2026

A violência urbana é um risco inerente à atividade de transporte público coletivo, sendo configurado como fortuito interno. Mesmo que o ataque ao motorista seja feito por terceiros, a responsabilidade da empresa pelo ataque é objetiva, e cabe a ela indenizar o trabalhador. Com essa premissa, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) manteve a condenação de uma empresa de transporte ao pagamento de R\$ 30 mil por danos morais a um motorista que sofreu queimaduras durante um ataque criminoso ao ônibus que conduzia.

[Morte de parente próximo em acidente de trabalho gera dano reflexo](#)

Consultor Jurídico - 19/09/2026

Com a perda precoce de um parente próximo, a dor da família pode ser classificada como dano ricochete. No âmbito trabalhista, caso a morte seja motivada pelo ato ilícito de uma empresa, a família deve receber indenizações de forma reflexa.

RADAR TRABALHISTA

[Pequena perda da capacidade de trabalho não afasta indenização, afirma TST](#)

Consultor Jurídico - 19/09/2026

Para a garantia do direito à indenização por danos materiais em razão da redução da capacidade de trabalho, é irrelevante a constatação de um baixo percentual da perda, que a atividade não seja a única causa do problema e que o trabalhador possa exercer outras funções. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito de um operador de máquinas de receber a indenização, na forma de pensão mensal, porque ele perdeu 12,5% de sua capacidade para a função.

[ABDT reúne especialistas para discutir novos desafios do Direito do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 18/09/2026

Pejotização, negociação coletiva, inteligência artificial, flexibilização de jornada e trabalho digital estiveram no centro dos debates do XVI Congresso Internacional de Direito e Processo do Trabalho da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT), que aconteceu nos dias 9, 10 e 11 de setembro, no Sesc Pinheiros, em São Paulo. Especialistas em Direito do Trabalho do Brasil e de países como Espanha, Itália, Argentina e Chile analisaram e discutiram os impactos da transformação digital sobre o Direito e o processo do Trabalho.

[STF afasta cabimento de ADI contra novas regras para vale-alimentação](#)

Consultor Jurídico - 18/09/2026

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, rejeitou, sem análise do mérito, uma ação que questionava novas regras para empresas que operam vale-alimentação e vale-refeição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A decisão considerou que eventual violação à Constituição seria indireta, o que afasta o cabimento da ação direta de inconstitucionalidade.

RADAR TRABALHISTA

[Papel do Poder Judiciário na defesa do meio ambiente do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 18/09/2026

O Poder Judiciário é um poder inerte, que precisa ser provocado. Com relação ao meio ambiente do trabalho, a atuação preventiva na esfera trabalhista não era destacada, dando-se, até antes da Constituição de 1988 sobre a apreciação, pela Justiça do Trabalho, de pleitos de adicionais de insalubridade e de periculosidade (CLT, artigo 195, § 2º) e de pedidos de reintegração no emprego de trabalhadores acidentados.

[Relator no STF vota por unificar licença-maternidade de mães biológicas e adotivas](#)

Consultor Jurídico - 16/09/2026

O Plenário do Supremo Tribunal Federal reiniciou nesta quarta-feira (16/9) o julgamento da ação na qual a Procuradoria-Geral da República contesta o tratamento diferenciado para a licença-maternidade com base na filiação biológica ou adotiva e no regime jurídico da beneficiária (celetista ou estatutário), além do compartilhamento desse benefício e da licença-paternidade entre os pais da criança.

[Pedido de demissão de gestante é válido se empresa não sabia da gravidez](#)

Consultor Jurídico - 16/08/2026

A estabilidade provisória de gestante não alcança trabalhadoras que pedem demissão por conta própria, mesmo sem acompanhamento do sindicato, quando a empresa contratante não tem ciência da gravidez da empregada. Com esse entendimento, a 5ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) afastou a estabilidade provisória de gestante de uma auxiliar de lavanderia que pediu demissão. O colegiado reformou a sentença da primeira instância.

RADAR TRABALHISTA

A 2ª turma do TRT da 2ª região afastou vínculo de emprego entre mulher e a família de sua sogra, de quem cuidava. Para o colegiado, a assistência prestada estava inserida em contexto de colaboração familiar e não apresentava subordinação jurídica necessária à caracterização da relação empregatícia.

[Banco de horas sem acordo coletivo é inválido e não substitui horas extras](#)

Consultor Jurídico - 15/09/2026

A 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decretou a rescisão indireta a favor de um trabalhador por falta grave da empregadora, devido ao não pagamento recorrente de horas extras. A empresa implementava um banco de horas ilegal e sem remunerar o serviço extraordinário. Os ministros aplicaram a tese do TST (Tema 85), vinculante para a Justiça do Trabalho, que afirma que “o descumprimento contratual contumaz relativo à ausência do pagamento de horas extraordinárias e a não concessão do intervalo intrajornada autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho”.

[TST admite adesão a PDV durante período de aviso prévio indenizado](#)

Consultor Jurídico - 14/09/2026

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho admite a adesão do empregado ao plano de demissão voluntária (PDV) durante o período de aviso prévio, inclusive indenizado, pois ele integra, para todos os efeitos legais, o contrato de trabalho. Com base nesse entendimento, a 6ª Turma do TST negou o recurso de uma fabricante de automóveis contra a decisão que reconheceu o direito de uma industriária de aderir ao PDV, instituído em 8 de outubro de 2021, quando ela estava em período de aviso prévio indenizado.

[TST valida contrato de experiência prorrogado mesmo sem formalização](#)

Migalhas - 20/09/2026

A 4ª turma do TST validou o contrato de experiência firmado entre a Innovapharma e um

RADAR TRABALHISTA

analista de compliance, inicialmente por 45 dias e prorrogado tacitamente até completar 89 dias. O colegiado concluiu que não é necessário definir previamente a duração da prorrogação, bastando que o contrato original preveja essa possibilidade e que o período total não ultrapasse o limite de 90 dias.

[Trabalhador umbandista será indenizado por cultos evangélicos no expediente](#)

Migalhas - 17/09/2026

Exposto habitualmente a cultos evangélicos no ambiente de trabalho, um empregado umbandista receberá R\$ 5 mil de indenização por danos morais. Para a 5ª turma do TRT da 1ª região, mesmo que a participação fosse apresentada como facultativa, a prática poderia pressionar os trabalhadores por causa da relação de subordinação existente no emprego.

[Etarismo: Trabalhador dispensado meses antes da aposentadoria será indenizado](#)

Migalhas - 16/09/2026

A 11ª turma do TRT da 3ª região manteve o reconhecimento de dispensa discriminatória por etarismo de trabalhador desligado aos 64 anos, após 31 anos de serviço, quando estava a oito meses de preencher o requisito para aposentadoria por idade. O colegiado elevou a indenização por danos morais de R\$ 5 mil para R\$ 50 mil e determinou o pagamento de indenização substitutiva pelo período entre a dispensa e a data em que o empregado alcançaria o requisito etário.

[Acidentes de trabalho na construção civil crescem 16,9% em dois anos](#)

Revista Proteção - 14/09/26

Os acidentes de trabalho no setor da construção cresceram 16,9% no Brasil entre 2022 e 2024, passando de 43.452 para 50.789 ocorrências. Os dados são do Ministério da Pre-

RADAR TRABALHISTA

vidência Social e integram o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT) 2024, publicação mais recente com informações consolidadas sobre o tema.

[Igualdade salarial por um trabalho de igual valor, para todas as pessoas e em todas as partes](#)

Organização Internacional do Trabalho - 18/09/26

No Dia Internacional da Igualdade Salarial, a OIT reafirma um princípio simples, mas fundamental: um trabalho de igual valor merece uma remuneração igual. No entanto, em todo o mundo, as mulheres ganham 18% menos do que os homens.

[Nova série promove intercâmbio de conhecimentos entre países do BRICS sobre o mundo do trabalho](#)

Organização Internacional do Trabalho - 18/09/26

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em colaboração com o Centro Internacional de Formação da OIT (CIFOIT), lançou a série de conhecimento “BRICS no mundo do trabalho e a cooperação Sul-Sul”, que reúne países do BRICS e especialistas da OIT para o intercâmbio de experiências práticas e conhecimentos sobre desafios comuns relacionados ao trabalho e ao emprego.

[OIT participa da assinatura do Pacto pelo Trabalho Decente na Indústria da Construção no Brasil](#)

Organização Internacional do Trabalho - 18/09/26

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) participou, na sexta-feira (11), em João Pessoa, na Paraíba, da assinatura do Pacto pelo Trabalho Decente na Indústria da Construção. A cerimônia, realizada no Sindicato da Construção Civil, contou com a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e de representantes de organizações de empregadores e de trabalhadores do setor.

RADAR TRABALHISTA

[Seconci-DF: Primavera acende alerta para alergias oculares: trabalhadores devem redobrar cuidados](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 18/09/2026

Serviço de oftalmologia do Seconci-DF oferece atendimento gratuito aos trabalhadores da construção civil. Com a chegada da primavera, prevista para 22 de setembro, as mudanças de temperatura, umidade e o aumento da presença de pólen, poeira e esporos de fungos no ar podem favorecer uma série de problemas de saúde. Entre eles está a conjuntivite alérgica, condição que costuma provocar coceira intensa, vermelhidão, lacrimejamento e sensação de areia nos olhos.

[CPRT discute Trilhas Profissionais, inclusão e negociações coletivas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/09/2026

A Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) realizou, nesta quarta-feira (16), a segunda reunião de 2026. Em formato online, o encontro tratou das prioridades da nova gestão, do programa Trilhas Profissionais, da inclusão de pessoas com deficiência, das negociações coletivas e do panorama trabalhista.

[Seconci-Rio e SESI levam atendimento oftalmológico aos canteiros de obras](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/09/2026

O projeto de Saúde Ocular está em campo! O Seconci-Rio, em parceria com o SESI, iniciou a ação que leva atendimento oftalmológico diretamente aos canteiros de obras. A primeira empresa atendida foi a RJZ Cyrela, que recebeu a van oftalmológica em seu canteiro. A parceria tem como objetivo ampliar o cuidado com a saúde dos trabalhadores da construção civil e facilitar o acesso a atendimento especializado. Além das empresas localizadas no Rio de Janeiro, a iniciativa também contempla construtoras de Niterói.

RADAR TRABALHISTA

[CBIC promove workshop sobre negociações coletivas na indústria da construção](#)

Organização Internacional do Trabalho - 14/09/2026

Em um cenário de mudanças na legislação trabalhista, evolução da jurisprudência e transformações nas relações sindicais, a preparação dos negociadores ganha importância para o fortalecimento das relações de trabalho e a segurança jurídica no setor. Nesse contexto, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), realiza, nos dias 3 e 4 de novembro, em São Paulo, o Workshop Negociações Coletivas na Indústria da Construção.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[PORTARIA MTE Nº 1.590, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 14/09/26 Seção I Extra Pág. 14) - Altera a Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24) - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;

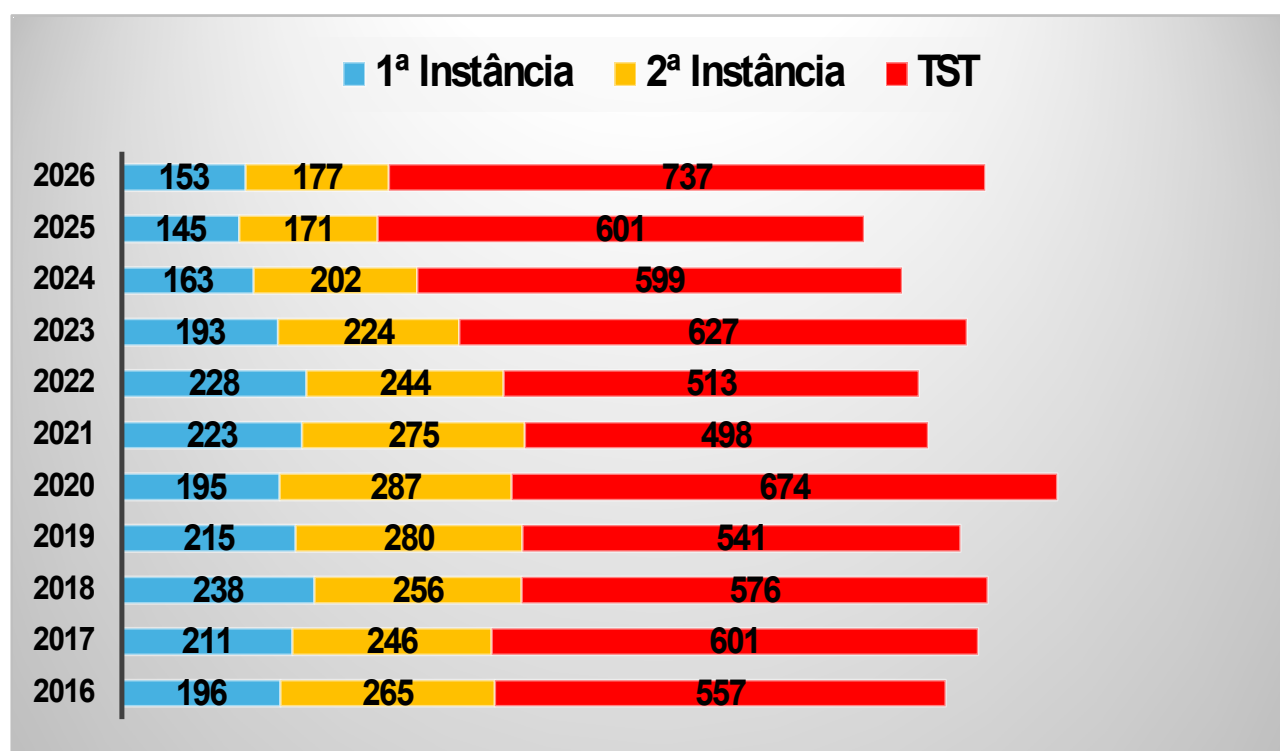
[PORTARIA MTE Nº 1.591, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 14/09/26 Seção I Extra Pág. 15) - Aprova o Anexo IV - Módulos Pré-Fabricados e Contêineres Marítimos Transformados para Ocupação Humana da Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24) - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;

[PORTARIA SRTE/PI/MTE Nº 1.630, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026](#) (DOU de 16/09/26, Seção I Pág. 112) - Fica instituído o Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional do Estado do Piauí FEAP/PI, instância permanente de caráter consultivo, propositivo e de articulação institucional, destinada a promover o diálogo e propor ações entre o poder público, empregadores, entidades formadoras e sociedade civil, com vistas ao fortalecimento da política pública de aprendizagem profissional no Estado do Piauí.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de tempo médio de tramitação (dias) de processos na Justiça do Trabalho até o ano de 2026 (agosto):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Eduardo Aroeira Almeida
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

David de Oliveira Fratel
Presidente da CPRT

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico